

INSEGURANÇA URBANA E ESTIGMAS SOCIOESPACIAIS EM ARAGUAÍNA-TO

Urban insecurity and sociospatial stigmas in Araguaína-TO

Reges Sodré

Doutor em Geografia e professor na Secretaria da Educação do Tocantins, Brasil

regessodre@gmail.com

Recebido: 07.11.2021

Aceito: 23.03.2022

Resumo

A maneira pela qual as cidades são apropriadas no cotidiano é cada vez mais influenciada pela insegurança urbana. Nesse cenário, a cidade é recortada em fragmentos, aos quais são atribuídos sentidos de segurança e insegurança, sendo que os fragmentos percebidos como inseguros são estigmatizados e sobre eles se estabelecem toda sorte de evitamento, distanciamento socioespacial e controle. Neste trabalho, a partir de entrevistas, levantamento de dados secundários, revisão bibliográfica, visita in loco e mapeamento, discute-se a perversidade do estigma da insegurança em lugares e práticas espaciais de cidadãos araguanenses que residem na periferia pobre da cidade. O estigma é constituinte desse espaço, interditando práticas espaciais, aprofundando a segregação e a fragmentação socioespacial, reduzindo a autoestima e amplificando o individualismo, ancorado, às vezes, a medidas autoritárias, como o endosso a execuções de suspeitos de crimes.

Palavras-chave: Insegurança; Estigma; Segregação; Fragmentação socioespacial.

Abstract

How cities are appropriated in everyday life is increasingly influenced by urban insecurity. In this scenario, the city is cut into fragments, to which meanings of security and insecurity are attributed, and the fragments perceived as unsafe are stigmatized, and all sorts of avoidance, sociospatial distance and control are established on them. In this work, from interviews, secondary data collection, bibliographic review, in loco view and mapping, the perversity of the stigma of insecurity in places and spatial practices of Araguaína citizens living in the poor periphery of the city is discussed. Stigma is a constituent of this space, interdicting spatial practices, deepening sociospatial segregation and fragmentation, reducing self-esteem and amplifying individualism, sometimes anchored to authoritarian measures, such as endorsement of executions of criminal suspects.

Keywords: Insecurity; Stigma; Segregation; Sociospatial fragmentation.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a insegurança urbana além de se reafirmar como uma das características marcantes das grandes cidades, passa a se difundir no território brasileiro a partir dos diversos estratos urbanos. Isso acontece não somente em virtude da pulverização espacial da violência criminal, mas, principalmente, pelo imaginário de insegurança que se difunde sem conhecer barreiras, por meio da mídia, das redes sociais e das narrativas tecidas entre os sujeitos, estreitadas pelos avanços na comunicação.

A insegurança se autonomiza diante da violência efetivamente mensurada. Observa-se que o pavor da violência real ou imaginada, se releva por meio de alterações na maneira pela qual as cidades são apropriadas. Essas são recortadas em fragmentos, aos quais são atribuídos sentidos de segurança e insegurança. Constroem-se barreiras, cercas e muros, como símbolos de separação entre grupos considerados perigosos e outros que são sempre as vítimas. O resultado tem sido o declínio dos espaços públicos, amplificação da intolerância e do ódio ao diferente.

Neste texto, discute-se a perversidade do estigma da insegurança em lugares e práticas espaciais de cidadãos residentes em setores pobres e periféricos da cidade de Araguaína-TO, que teve população estimada de 180.470 habitantes em 2019 (IBGE, 2019). Com 62 homicídios por 100 mil habitantes, a cidade apresenta a maior taxa do estado do Tocantins. Em 2017 o município figurava entre os 120 que acumulavam 50% dos homicídios estimados no Brasil (IPEA, FBSP, 2019).

A pesquisa foi construída a partir de leituras teóricas, principalmente em Kessler (2015), Souza (1994, 2006, 2008), Elias e Scotson (2000), Foucault (2010) e Bourdieu (1979, 1983, 2001). A principal fonte empírica da pesquisa foi a realização de entrevistas em profundidade com os moradores de Araguaína. Foram realizadas 27 entrevistas, em 16 bairros da cidade e em dois condomínios horizontais fechados. Os bairros foram escolhidos observando dois critérios: o primeiro, que representasse a diversidade de renda média mensal da cidade, conforme levantamento de dados secundários do censo demográfico; o segundo, incorpora os bairros que mais aparecem na mídia como violentos, segundo dados de Sodré e Deus (2020).

Estabeleceu-se os seguintes perfis de entrevistados: 2 mulheres residentes em bairros periféricos; 2 mulheres na região central da cidade; 1 mulher com ensino superior na periferia e outra na região central; 2 jovens, de 18 a 30 anos, um na periferia e outro na região central; 2 homens adultos, com nível de escolaridade superior, sendo um na periferia

e outro na região central; 2 homens, com escolaridades básica, sendo um na periferia e outro na região central; 2 casais, sendo um na periferia e outro na região central; 2 homens e duas mulheres de condomínio horizontal fechado .

Dessa forma, o trabalho em um primeiro momento aborda as relações entre insegurança urbana e estigmas socioespaciais. Em seguida, analisa-se a construção dos lugares estigmatizados pela insegurança em Araguaína; na quarta seção, descreve-se o estigma nas práticas espaciais desses moradores e, por fim, na quinta seção, discorre-se sobre as maneiras pelas quais os estigmatizados procuram se livrar dos estigmas aos quais lhes são atribuídos.

2. INSEGURANÇA URBANA E ESTIGMAS SOCIOESPACIAIS

Yi-Fu Tuan (2005), ao apresentar o medo como um aspecto da ontologia humana, ainda que não use essa expressão, posto que em todos os tempos-espacos subjetivos e históricos-geográficos os medos nos acompanham, possibilita pensarmos o medo como um elemento imanente a produção do espaço. Para o autor, as narrativas que criamos para explicar o mundo e nos mover entre os lugares; as pesquisas e saberes elaborados para mitigar doenças; os objetos e técnicas inventadas para aumentar nossa segurança e as construções produzidas que nos protegem, são exemplos de como o medo está presente na construção das nossas lugaridades.

Os medos do presente não são os mesmos do passado, ainda que alguns permaneçam. O avanço do conhecimento científico ajudou a eliminar diversos problemas, curar doenças, dominar espaços e prolongar nossas vidas. Mas, surgiram outros medos, que parecem cada vez mais ligados as próprias construções humanas. Ansiedade em relação ao futuro e desigualdades sociais que, tendo experimentado um arrefecimento, voltam a crescer, elevando nossas ansiedades e inseguranças (TUAN, 2005).

A figuração do medo na cidade parece igualmente modificada, pois não se trata mais de medos de outros externos e distantes, que viriam para nos destruir, o que motivava a construção de cidades muradas, o inimigo atualmente pode está ao nosso lado e em toda parte, conduzindo mesmo a um “emuralhamento da vida social” (GOMES, 2000, 182). É um fenômeno amplo, que envolve desde os crescentes condomínios exclusivos e fechados, passando por deslocamentos em carros com vidro fumê, até a apropriação de espaços de lazer e consumo que reproduzam a ideia de confinamento e de segurança.

Nesse sentido, Souza (2008) afirma que o material histórico disponível mostra que as preocupações com a segurança pública acompanham o fenômeno urbano ao longo da

história. Embora essa realidade não seja marcada por um processo linear, de caráter teleológico, mas de períodos em que por variadas razões a insegurança define de modo estruturante as relações sociais, a vida cotidiana, as práticas e formas espaciais e a maneira de habitar, enquanto outros períodos a insegurança tende a ser um elemento secundário da vida social.

Dessa forma, “medo, violência e muros nada tem de novo na história, é lógico; o que parece ser novo [em nossa época] é a intensidade, a complexidade e o contexto”, de sorte que “a violência [é] o espectro que ronda a todos, e em várias escalas: do terrorismo que sobressalta o Ocidente à violência cotidiana que aterroriza os mais privilegiados” (SOUZA, 2006, p. 492-509) dos grandes centros urbanos às cidades médias e pequenas.

Isso ocorre de maneira acentuada, pelo menos desde os anos de 1960, nas grandes cidades e a partir dos anos 80, em centros médios, onde a crescente centralidade do processo de urbanização cruza com a insegurança para formar uma espacialidade marcante, constituindo aquilo que o autor denomina fobópole, a cidade do medo. Nessas cidades, segundo ele, o medo e a percepção de risco, do ângulo da segurança pública, assumem posição proeminente nas conversas cotidianas, nos noticiários e mobilizam diversas práticas de estilo defensivo, preventivo ou defensor, levados a cabo pelo Estado e a sociedade civil, tendo fortes repercussões em matéria de desenvolvimento urbano e democracia.

Segundo Kessler (2015, p. 97), “la inseguridad podría definirse como una amenaza a la integridade física, más que a los bienes, que parecería poder abatirse sobre cualquiera”. Vai além do medo ao delito, pois não se trata apenas de respostas emocionais, mas de representações, ações, preocupações políticas e emoções como ira, indignação e impotência. Um componente central da insegurança é o seu caráter aleatório espacial e social. No primeiro plano, todos os espaços são observados como perigosos, seja a casa, a rua, o bairro, a praça pública, os lugares de consumo, a cidade ou o país. No plano social, “qualquer indivíduo” ou situação, como a simples abordagem na rua, barulho no portão, ou telefonema estranho, é potencialmente perigoso (KESSLER, 2015).

Outro autor que diferencia medo de insegurança é Mucchielli (2002), para quem o primeiro estaria ligado a possibilidade de *soi-même* ser vítima de crime, sendo verificado mais nas pessoas vulneráveis, tais como mulheres e idosos, mas também a percepção da capacidade de reação e proteção que o mundo social oferece. A insegurança seria um julgamento social pertencente a um conjunto de preocupações mais difusas, envolvendo a

reivindicação do restabelecimento da pena de morte e a hostilidade a imigrantes. Essa última se acentua na França a partir do declínio do estado de bem-estar social.

Sem entrar nessa diferenciação, Lagrange (1993), propõe pensar a insegurança como um sentimento fracionado em duas dimensões. O primeiro, ideológico-normativo, se refere a preocupação com a segurança, envolvendo o desejo de sanções exemplares, como a restauração ou implantação da pena de morte; o segundo, é o medo de ser vítima de um crime no espaço vivido. Tais dimensões estariam sujeitas, segundo o autor, a intensificação e arrefecimento ao longo de períodos mais extensos e de flutuações conjunturais.

Essas definições reforçam que o núcleo mesmo da insegurança carrega um forte sentido sociopolítico. É nesse ambiente que, segundo Souza (2002, p. 503) “a civilidade e a cidade se deterioram a olhos vistos e onde se sobrevive nos limites da sociabilidade”, reproduzindo “ampliadamente a atomização, o individualismo, a massificação, o racismo” e o conservadorismo. Reproduzindo, enfim, “as condições da heteronomia, pois os mínimos fundamentais de uma vida pública e da democracia vão sendo minados”.

Esse processo se manifesta na cidade com o aprofundamento da segregação, a ponto de surgir um novo fenômeno, a fragmentação socioespacial. Caracteriza-se não somente pela exclusão induzida por ausência de infraestrutura e renda ínfimas em partes da cidade, mas pela imposição de barreiras físicas e simbólicas entre suas distintas frações. As contenções físicas estão ligadas, sobretudo, aos condomínios horizontais fechados, nos quais a elite e classe média procuram escapar da criminalidade violenta. Há, igualmente, diversos relatos da imposição de muros para cercar favelas e setores periféricos, em grandes cidades, como o Rio de Janeiro (SOUZA, 2008; HAESBAERT, 2014).

Essas formas espaciais são alimentadas e subsidiadas pelos significados atribuídos as parcelas da cidade e seus habitantes. É o estigma, em medida não negligenciável, que se exacerba com a insegurança urbana e justifica medidas autoritárias na política urbana ou como afirma Souza (2008), uma militarização da questão urbana e em alguns casos, como a atuação das milícias e do mercado privado, a paramilitarização. A militarização não se restringe a intervenções das Forças Armadas, mas ao conjunto de organizações estatais que se identificam com a repressão; essas atuam na interdição dos ativismos e movimentos sociais, bem como no controle de seus espaços e extermínio de sua população (SOUZA, 2008).

Souza (1994, 2006) afirma que se os favelados eram vistos nos anos de 1950 como vagabundos, economicamente parasitários, culturalmente desajustados e potencialmente subversivos, a partir dos anos de 1980, soma-se a esses estigmas, o de serem temidos

como traficantes ou traficantes em potencial e desprezados como coniventes de criminosos. Aumenta a partir de então o sentimento de que o favelado é o Outro, um habitante de outro planeta, potencialmente perigoso e bárbaro.

Essa situação converge com a definição que Link e Phelan (2011) elaboraram de estigma. Para eles estigma acontece quando quatro elementos interdependentes passam a operar:

O estigma existe quando os seguintes componentes interdependentes convergem. Em um primeiro movimento, as pessoas distinguem e rotulam diferenças humanas (entre seres humanos). No segundo, crenças culturais dominantes vinculam pessoas rotuladas a características indesejáveis de estereótipos negativos. No terceiro, as pessoas rotuladas são colocadas em categorias separadas para alcançar um certo grau de separação entre 'nós' e 'eles'. Na quarta, as pessoas rotuladas sofrem perda de status e discriminação que levam a resultados desiguais (LINK e PHELAN, 2011, p. 6, tradução nossa).

Essa perspectiva é importante pois destaca a separação socioespacial (que pode ser maior ou menor dependendo do contexto considerado) imposta aos estigmatizados e toda sorte de tratamento hostil a eles reservados. Isso implica e resulta em uma hierarquia entre "nós", considerados como gente, dignos de respeito e susceptíveis a ocupar postos de poder e prestígio na sociedade, e "eles" subgente, vivenciando ódio, desprezo e destituídos da possibilidade de ocupar lugares de reconhecimento.

Elias e Scotson (2000), consideram que somente é possível a compreensão do estigma no estabelecimento de uma figuração específica entre estigmatizadores e estigmatizados (ou estabelecidos e *outsides*, como denominam os autores), na qual os indivíduos nunca aparecem sozinhos, mas na sua interdependência de grupo, classe, ou diríamos em nosso caso, socioespacial. O estigma está sempre relacionado a disputa por poder, de sorte que "um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído" (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 23).

Elias e Scotson (2000) tocam em um ponto que nos parece fundamental pelos desdobramentos que ele nos oferece: o estigma envolve disputa por poder. Sua feição mais notável é a de grupos privilegiados, como a classe média e a elite, que estigmatizam os pobres e seus espaços a fim de melhor dominá-los. Trata-se de uma disputa por recursos escassos, como a apropriação de lugares exclusivos, que incorpora a compra do tempo livre com pagamento de recursos ínfimos aos trabalhadores.

Mas, se pensarmos que o poder não opera apenas no sentido de uma dominação de um grupo mais privilegiado sobre o outro; ou melhor, para que essa dominação se exerça

é necessário que o poder funcione em cadeia, como propõe Foucault (2010), outros elementos emergem nessa análise. Para ele, “o poder sempre se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetido a esse poder e também de exercê-lo” (FOUCAULT, 2010, p. 26). Em uma perspectiva geográfica, isso significa que o poder de fragmentação/estigmatização não se exerce apenas, embora seja sua face principal, de um setor privilegiado em relação a outro precário, mas que dentro desses setores precários existem múltiplas disputas para tentar se livrar dos estigmas que são elaborados de fora.

Nesse sentido, veremos na última seção deste texto, a elaboração de narrativas que visam afastar o estigma socioespacial, seja da rua em que se habita, da parte do setor ou do bairro inteiro, jogando os estereótipos para outros respectivos espaços que são supostamente piores. Essas disputas dentro e entre os setores estigmatizados dificultam, amiúde, processos de solidariedade e facilitam o controle exercido pelas classes dominadoras e seus espaços de prestígio.

Deve-se notar que os estigmas são atribuídos, de um lado, aos lugares nos quais os favelados e moradores de setores periféricos residem, caracterizando-se um estigma de estilo território-zona ou lugar-zona; por outro lado, o estigma acompanha esses moradores nos diversos lugares que eles frequentam na cidade; a filiação territorial se torna uma mácula, por onde quer que estejam, constituindo práticas espaciais estigmatizadas, de estilo território-rede ou lugar-rede.

3. VIVENDO EM LUGARES ESTIGMATIZADOS: SOFRIMENTO E HUMILHAÇÃO

O último Censo Demográfico impõe cuidados com o uso de dados dessa fonte, em virtude das pequenas escalas de análise que adotamos, os avanços em matéria de infraestrutura podem fazer com que os dados do Censo não captem a realidade de setores específicos da cidade, os quais são de interesse desta pesquisa, o que incorreria em sério equívoco. Inclusive, alguns desses setores que nos interessam surgiram após 2010, como Costa Esmeralda e às várias etapas do Lago Azul.

Diante disso, escolheu-se apenas uma variável do Censo para melhor entender as características socioespaciais dos bairros de Araguaína: a renda per capita. Sua seleção se deu por duas razões principais: primeiro, essa variável é complexa, não dependendo apenas do desempenho do poder local para sua modificação, mas de uma série de fatores econômicos articulados da escala local a internacional. Ela envolve dinâmicas de concentração estrutural de renda.

Em segundo lugar, a renda per capita é um importante indicador de medição de pobreza no Brasil, servindo de balizamento pelos órgãos oficiais para concessão de benefícios de programas sociais. O Bolsa Família, por exemplo, se destina a população em situação de extrema pobreza com renda per capita de até R\$ 89,00 e, pobreza com renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 (BRASIL, 2020).

A renda per capita é muito mais significativa do que a renda dos responsáveis por domicílios, que pode esconder pobreza e situações de precariedade. Além disso, esse último fator leva em consideração, frequentemente, apenas o salário do homem (uma clara injustiça de gênero) e não mensura o tamanho da família, que pode tornar um valor que é aparentemente significativo em algo irrisório em termos per capita.

Realizamos dois recortes nos dados do Censo Demográfico de 2010, considerando a extrema pobreza (1/4 salário mínimo) e a pobreza absoluta (1/2 salário mínimo), conforme definição da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Tocantins (TOCANTINS, 2017). Assim, considera-se em situação de extrema pobreza aqueles domicílios com renda per capita de até R\$ 127,05 e em situação de pobreza absoluta domicílios com renda R\$ 255,00¹.

A figura 1 apresenta o percentual de domicílios com renda per capita de 1/2 salários mínimos, por setor censitário. Eles não coincidem com os bairros definidos pela prefeitura, “praticados” pela população e nossa principal unidade de análise. Uma associação entre bairros e setores censitários ocorreria, no máximo, por aproximação e, mesmo assim com o risco de se cometer erros grosseiros. Dessa forma, nossa prioridade é usar esses dados destacando zonas e áreas da cidade, e não bairros; essa forma de abordagem serve para destacar a relação centro-periferia, fundamental aos imaginários de insegurança urbana.

O alto percentual de domicílios com renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo em 2010, estava concentrado na periferia de Araguaína. De modo específico, forma-se um primeiro anel, o mais periférico, com percentual de domicílios que atinge de 50-60% de renda per capita igual ou inferior a R\$ 255,00. Justaposto a esse anel, mas adentrando-se com vigor para o centro, constituindo-se uma extensa camada, estão situados os setores com a segunda maior taxa de domicílios (31-49%) de renda per capita 1/2 salário mínimo.

A região central, quase toda situada no baixo e médio curso da bacia hidrográfica do córrego Neblina, tem menos de um terço dos domicílios com renda per capita igual ou

¹ Conforme o IBGE (2010, n/p), “para a apuração dos rendimentos, segundo as classes de salário mínimo, considerou-se o valor que vigorava no mês de referência, que era de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais)”.

inferior a meio salário mínimo. Embora tenha um pequeno grupo de setores, constituindo parcialmente um terceiro anel, com percentual de domicílios entre 21-30%, predominam setores nos quais os domicílios com esse estrato (1/2 salário) de renda não representam mais que 20% de seus respectivos universos.

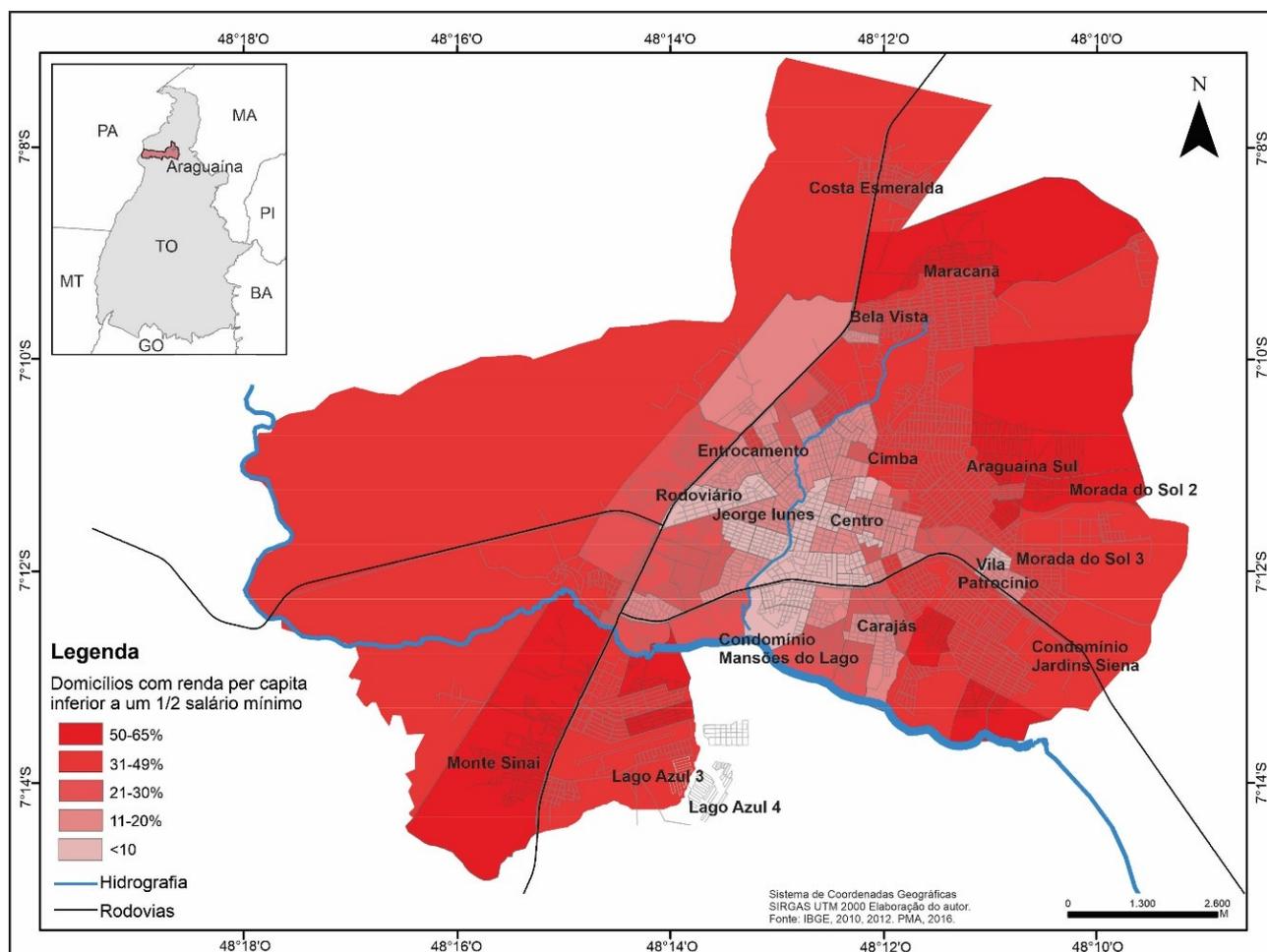


Figura 1 – Araguaína: pobreza absoluta por renda per capita, 2010.

Fonte: IBGE, 2010.

Destaca-se ainda que nessa região central, principalmente a leste do baixo curso da bacia hidrográfica do córrego Neblina, numa faixa longitudinal, forma-se um grupo de setores censitários que atingem o menor percentual, menos de 10% de domicílios com renda per capita de R\$ 255,00. Esses também estão presentes em outras áreas da cidade, em caráter minoritário e isolado, conforme figura 1.

No que diz respeito à pobreza extrema, ilustrada na figura 2, tem-se um quadro ainda mais explicitado da oposição centro-periferia. Nas bordas da cidade, e de maneira descontínua, há um conjunto de setores censitários cuja percentagem de domicílios com renda per capita de 1/4 salário mínimo é de 16-25%, isto é, um quarto do setor está situado

em condição de miséria. Alguns dos bairros nos quais se realizou entrevista, se situam inteiramente nesse grupo, como Costa Esmeralda, Monte Sinai e Morada do Sol 2.

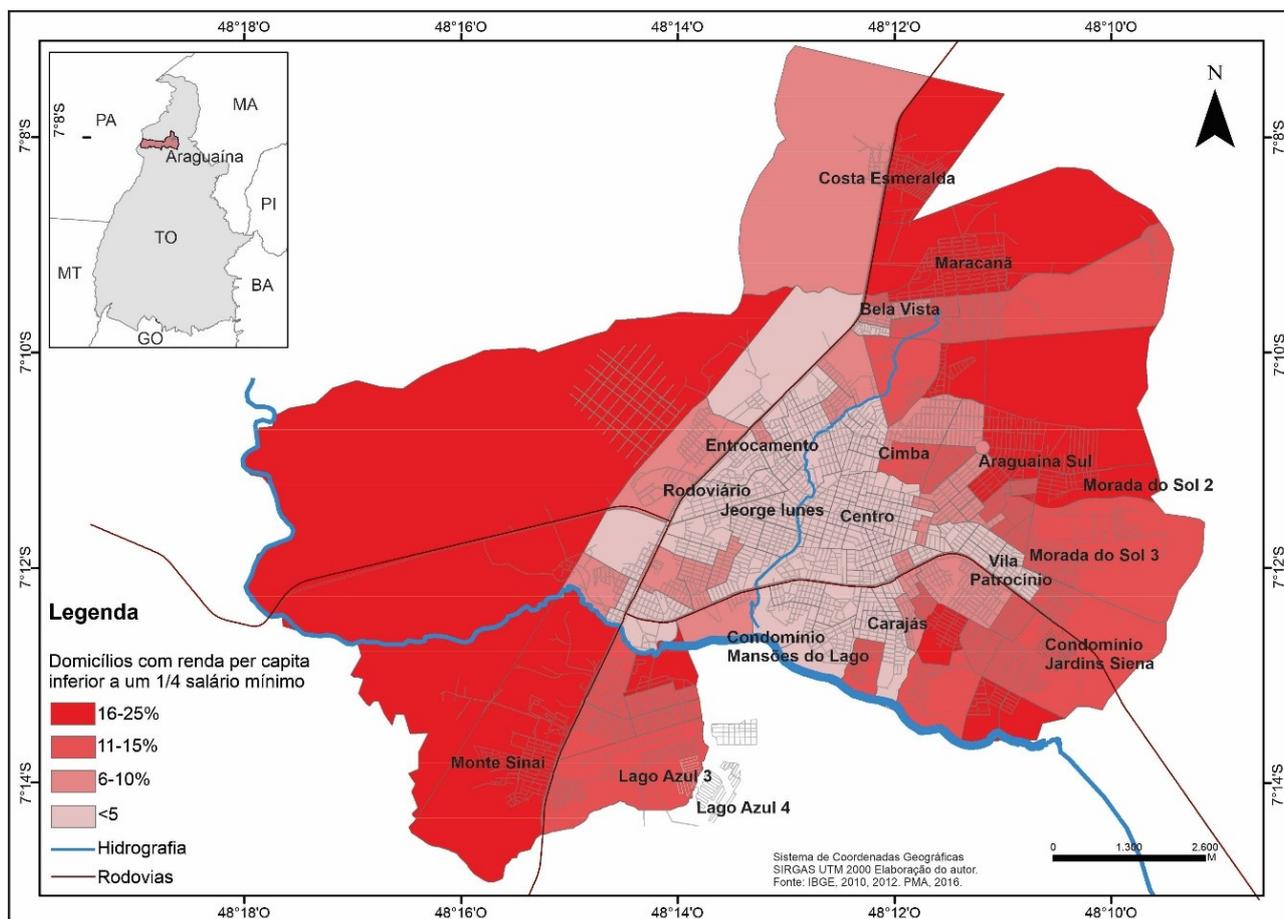


Figura 2 – Araguaína: pobreza extrema por renda per capita, 2010.

Fonte: IBGE, 2010.

Justaposto a esse anel mais periférico, no qual a extrema pobreza é mais acentuada, e se estendendo em direção ao centro, tem-se dois outros anéis nos quais o percentual de domicílios com renda per capita de até R\$ 127,05 está entre 6-15%. Por fim, tem-se a região central, a qual tem o menor percentual de domicílios na extrema pobreza, menos do que 5%. Boa parte dos setores censitários dessa área não chega a ter 2% de domicílios nessa condição.

Os moradores desses bairros periféricos e pobres de Araguaína sentem em seu cotidiano, numa espécie de sentido prático da vida socioespacial, que são constantemente estigmatizados pela violência. Esse é o principal veículo de sua desclassificação social, se sobrepondo a outras dimensões, como a inaptidão para o trabalho valorizado e os estudos. Eles sentem que seus lugares de residência e frequência não tem qualquer valor social.

Em suas palavras são lugares “mal falados”; “todo mundo fala mal”; “em que o povo acha que só tem bandido”.

Antes mesmo de mudar para seus locais de moradia e no ato da mudança, já sofrem toda sorte de deslegitimação da suposta escolha habitacional. Os familiares, amigos, conhecidos e colegas do ambiente de trabalho, os qualificam de loucos e corajosos (virtude ambígua), pois estariam arriscando a vida ao morar em um lugar que seria perigoso, mesmo quando ainda não há ocupação territorial, como no caso dos bairros de habitação popular do programa Minha Casa, Minha Vida. Esses bairros já nascem com o estigma do banditismo.

A respeito disso, ouvimos relatos de nossos entrevistados e interlocutores, em relação ao setor Costa Esmeralda e as três etapas do Lago Azul. Glória, casada, 38 anos e residente no Lago Azul 3, por exemplo, afirma que só se mudou para a sua casa quando as grades das janelas e portas estavam instaladas, pois já estava em circulação imagens de um setor violento. O que se comentava na época, segundo ela, era de que ali seria um lugar muito perigoso. Depois de se mudar, com as grades já instaladas, o segundo passo foi a construção do muro, que será acompanhado, conforme o relato, de outras medidas de segurança.

Percebe-se claramente aqui a transmutação do espaço social (ou das posições de classe) em espaço geográfico. Há um consenso inarticulado, cifrado, no qual todos sabem que pessoas pobres² se encontram no espaço, nesse caso, nos setores de habitação popular. Existe previamente um perfil social que é associado a moradias populares. Ninguém imagina que vai mudar-se para eles e se deparar com pessoas de outra classe social.

Tal perfil é composto por imagens de pessoas preguiçosas, que não trabalharam o suficiente para adquirir sua própria casa, dependendo da caridade governamental³. Imaginados pelas lentes da meritocracia, eles são percebidos como desocupados e

² Segundo Singer (2018, p. 20) a categoria pobre é o “nome recebido popularmente pelo subproletariado, a camada de trabalhadores que está aquém da condição proletária”. Nesse trabalho, estamos considerando pobre, os subproletários, que correspondem, por aproximação, a ralé brasileira, estudada por Souza et al (2018), mais também a nova classe trabalhadora precarizada, que atua em dupla jornada, trabalha na informalidade, possui pequenas empresas de fundo de quintal e às vezes atua no mercado formal, mas em posições com exploração acentuada, como os teleoperadores, tendo diversas privações de recursos econômicos e culturais, conforme Souza et al (2012b). Para facilitar o entendimento e a fluidez do texto, mantemos apenas a palavra pobre.

³ Vale notar que as casas do programa Minha Casa, Minha Vida, faixa 1, são financiadas com condições especiais, sem taxa de juros, baixo valor das parcelas (máximo de 270,00 R\$) e tempo de pagamento (até 120 meses).

naturalmente inclinados a delinquência e, “acusados” de desejar ter acesso fácil a bens materiais de luxo, já que conseguiram ter acesso a uma casa de “graça”.

Essas representações dificultam que o encontro dos moradores no novo espaço, e sua construção a partir das relações que aí se estabelecerão, seja tecido em vínculos de solidariedade. O bairro nasce fraturado e fragmentado pela dicotomia honestos/desonestos, trabalhadores/bandidos, cujas fronteiras entre um e outro nem sempre são visíveis e claras. Disso resulta seu potencial ainda mais desagregador, uma vez que qualquer um pode ser suspeito.

Quando se trata de bairros de ocupação, a insegurança e a estigmatização é ainda maior. De um lado, há insegurança de perder a casa que vão construindo aos poucos, não só em decorrência de ações de reintegração de posse, mas das disputas por território entre os ocupantes. Por outro lado, são representados como bandidos e vagabundos, que deveriam trabalhar ao invés de invadir propriedade dos outros. Aqui, violência física e insegurança existencial se confundem.

A ocupação, vista como invasão, surge sob o forte signo de lugar violento. A diferenciação entre os habitantes, que só querem o direito à moradia e as ações de roubos, furtos e homicídios são borradas pelo imaginário que coloca todos como agentes da subversão moral da sociedade moderna. Posteriormente, com a consolidação do bairro, a primeira dimensão é esquecida, e a segunda passa a predominar. Compreender as raízes do processo de ocupação territorial é fundamental para entender os imaginários que, sobre esses setores, são posteriormente consagrados.

Ao menos dois casos ilustram essa realidade, o de Azevedo e Dainara, moradores de dois bairros resultantes de ocupação, Monte Sinai e Araguaína Sul⁴. A fala de Azevedo, casado, 48 anos, transcrita a seguir, demonstra toda a desconfiança de seus amigos e familiares quando ele decidiu comprar um lote no setor Monte Sinai. Mesmo que o local já estivesse regularizado pelo município, o estigma continuava vigente. Os conselhos que recebeu foi que não mudasse, pois era periferia e um lugar perigoso.

Bom, a... Primeiramente, foi ‘num vai morar não’; ‘porque é periferia’, ‘muito perigoso’. E realmente há um histórico né, porque essa área aqui do Monte Sinai ela foi uma área invadida né, todo um processo de ocupação [...] vem a partir de uma invasão, e essa invasão demorou alguns anos, quando eu vim pra cá essa

⁴ O setor Monte Sinai em sua totalidade é produto de ocupação. Já o setor Araguaína Sul, um dos maiores de Araguaína, inclui diversas etapas de formação, que teve início na segunda metade de 1970. Compõe partes com loteamento aprovado pela prefeitura, casas de habitação popular construídas pela prefeitura e ocupações irregulares, ocorridas em diversos momentos, estando atualmente regularizadas. Provavelmente, a entrevistada se refere a uma das últimas fases de ocupação irregular, acontecida nos anos 2008 (VASCONCELOS FILHO, 2013; SANTOS e SILVA, 2014; Trabalho de Campo, 2019).

invasão já tava reconhecida pelo o município, então o município já havia dado autorização pra questão de moradia mesmo né.

Azevedo procura justificar a preocupação dos familiares, lembrando que a área é fruto de uma ocupação, na qual houve vários conflitos violentos iminentes ao processo. O local, aliás, não é denominado por ele de ocupação, mas invasão, indicando que ele joga a partir das categorias de percepção dos proprietários de terra. Preso a dominação, ele luta como pode, para se distanciar das imagens negativas, não percebendo, nesse momento, que ele faz parte da própria história de ocupação.

Situação semelhante foi vivenciada por Dainara, 42 anos, casada, que relata toda a insegurança do processo de ocupação do setor Araguaína Sul, em 2008. Entre outras coisas, ela conta que sentiu medo de sua casa ser demolida ou tomada pelo poder público. Ela chegou a receber uma ligação, quando estava em serviço, de que os tratores da prefeitura estavam em frente à sua casa para demoli-la. Naquele momento, apenas as paredes haviam sido levantadas.

[Quando você mudou pra cá, o que as pessoas diziam por ter comprado uma casa aqui?] E... foi muita, tipo muita gente do contra, entendeu? Tipo assim, que achava que num 'ah, era que era perigoso'. Inclusive eu passei um susto danado, que a gente já tinha levantado os cômodos, uns quatro cômodos, era ali minha a outra casa, aí a gente já tinha levantado quatro cômodo e aí tava com material na porta e veio uns tratores da empresa... da prefeitura pra derrubar entendeu? E aí me ligaram no meu serviço que os trator tava aqui que ia passar a máquina em cima de tudo. E nós morrendo de medo né, de perder o que já tinha colocado e o materialzinho que tava em volta. Mas aí graças a Deus, num mexeu nós não, na nossa casa não. Mas ainda derribou uns dois barracão assim que parece pela estrutura, eles via pela estrutura né? Num sei se eles viu que a pessoa que tinha mais estrutura que o, que num tinha condição de pagar o lote, eu sei que aqueles que eram mais humildinho eles passaram a máquina em cima. Aí a gente ficou com muito medo nesse dia. 'Nossa perdemos tudo [inaudível]'. Mas deu certo, hoje já tá um setor legalizado né.

Na época de ocupação, ela afirma que todos os crimes praticados na cidade eram atribuídos a habitantes do Araguaína Sul. Diz que desde sempre esse setor foi “queimado”, isto é, mal falado na cidade, em virtude da associação que existia entre ser um setor de “invasão” e criminalidade (o que se somava ao histórico de habitações populares). Não necessariamente ao crime de invadir propriedade privada, mas ao fato de estar associado a atração de pessoas que praticam condutas ilícitas.

[Na época que você mudou o povo já tinha esse discurso de que aqui era violento?] Já, já tinha, todo mundo que morria em qualquer lugar era o povo do Araguaína Sul, já tinha. Mas o Araguaína Sul sempre foi queimado como setor, mas já tinha, quando eu mudei principalmente, hoje melhorou foi muito, naquele tempo é que tinha. Araguaína Sul, Bairro São João era bem pesado, aí por isso que o povo às vezes queimava, que 'lá ia ser um setor perigoso, é invasão num sei o que, esse povo', mas já tinha.

Observa-se a partir dessas falas, que a estigmatização das práticas espaciais dos habitantes de setores pobres e periféricos se registra com base em violência simbólica e, às vezes, física. São veiculadas, frequentemente, por pessoas próximas que ao manifestar preocupação com o bem-estar do outro, realizam diversos julgamentos em torno das escolhas espaciais deles, como se pudessem ter outras opções. O Estado reforça tal situação com sua atuação enquanto poder de polícia, ameaçando, prendendo e demolindo habitações.

Outra tonalidade de violência simbólica operada, diz respeito às piadinhas transvertidas de brincadeira, como sobre os cuidados que se deve tomar com alguém de lugar mal afamado. A esse respeito, Dainara, mais uma vez, oferece um excelente exemplo. Ela conta que no ambiente de serviço, seu colega faz questão de afirmar na frente das outras pessoas que todos devem tomar cuidado com ela, pois é do Araguaína Sul.

[*As pessoas falam para você que aqui é perigoso?*] Fala, fala tem gente que fala assim, às vezes meu colega de trabalho falando 'um sei o quê, cuidado com a Dainara que ela é lá do Araguaína Sul oh', sabe? Assim, tem esse tipo de piadinha, sabe? Gente que num mora aqui, que num... E eu 'gente Araguaína Sul é o setor mais tranquilo que eu já conheço assim que...'

A sugestão nesse caso é clara: quem habita um setor conhecido pela criminalidade é potencialmente criminoso. O pressuposto é que apesar dela ser uma pessoa honesta e trabalhadora, nunca se sabe se ela pratica delitos. Para o outro trabalhador que provavelmente reside em um bairro estigmatizado, fazer esse tipo de brincadeira no ambiente de trabalho é uma forma de tentar se distinguir do outro e exercer sobre esse poder. Isso é mais significativo no caso em análise, que o insulto parte de um homem em direção a uma mulher.

Esse tipo de "piadinha" não deve passar despercebido na análise científica, na medida que ele compõe um quadro que mina a autoconfiança e autoestima, colocando a pessoa frequentemente na defensiva. Não há qualquer orgulho em dizer em qual setor se mora; os "efeitos de censura" (BOURDIEU, 1983) aqui são notáveis, impedindo a pessoa de se expressar livremente, desautorizando-a em matéria de retidão e observância da lei. Retira-se do humilhado a condição de cidadania, por meio de sua vinculação espacial ao crime, sedimentando e ampliando o imaginário de insegurança urbana.

Por sua vez, Glória demonstra que a estigmatização se traduz em práticas espaciais com consequências materiais concretas, prejudicando e dificultando alguns negócios ligados ao circuito inferior da economia. Ela é uma costureira que produz roupas por

encomendas, todo o processo produtivo se organiza em sua própria casa, onde combina essa profissão com os cuidados domésticos e a gestão dos filhos. Devido a sua localização periférica, teria mais facilidade se os clientes fossem até sua casa, receber ou realizar as encomendas. Mas, em virtude da insegurança urbana, isso nem sempre é possível.

Glória cita o exemplo de uma cliente que se recusou a ir no seu setor receber uma encomenda, alegando que seria um “lugar perigoso demais”. Ao pronunciar frases religiosas, como “nossa senhora, nossa senhora, Deus me livre!” A cliente além de buscar atrair a proteção divina, mobiliza valores morais, sugerindo que a frequência daquele setor representa a iminência da morte, física e espiritual. Não se trata de algo apenas a evitar, mas a se manter a distância.

Aqui é complicado. Eu trabalho com costura, né. Aí ontem eu falei pra uma cliente, se ela vinha pegar aqui a encomenda, né. Ela falou ‘nossa senhora, Deus me livre. Onde é o setor?’ Eu falei, ‘Lago Azul 3’. ‘Nossa senhora, nossa senhora, Deus me Livre!’ A mulher falou desse jeito. Eu falei mas porquê? Nossa, esse lugar é perigoso demais. As vezes as pessoas pensa que aqui é tipo uma favela da Rocinha. É não! É tranquilo, assim. [Você sabe onde ela mora?] No centro, só falou lá no centro. [E ela veio?] Veio não. Eu fui deixar. Eu encontrei com ela lá na frente da Nosso Lar [maior loja de eletrodoméstico de Araguaína, localizada na Av. Conego João Lima].

A entrevistada nega que seu setor seja violento, afirmando que o mesmo é tranquilo. Para isso, diz que as pessoas pensam equivocadamente que ele seria uma Rocinha. Essa favela ocupa um lugar no imaginário brasileiro de um tipo ideal de bairro violento, aparecendo várias vezes na fala de nossos entrevistados. Mesmo sem conhecer a mencionada favela, ela a cita com base em imagens veiculadas pela mídia, buscando ressaltar que existem lugares piores do que seu setor ou cidade. Demonstra uma estratégia de afastamento simbólico adotada pelos estigmatizados, que será melhor analisada a seguir.

Apesar da defesa de seu lugar, logo em seguida ela se contradiz, afirmando que se pudesse escolher moraria no centro. “Tem as pessoas que falam assim: às vezes perguntam, você morava aonde? No entroncamento. ‘E tá morando lá no Lago Azul? Nossa senhora do céu’. ‘O que você foi fazer lá?’ Eu digo: ‘não tenho condição, eu morava era de aluguel lá’. Dessa forma, “se eu pudesse escolher, eu morava no centro. A reação é estranha do povo [quando falo que moro aqui no Lago Azul 3].

Além do aluguel, ela chegou a morar de favor na casa da sogra, com todos os conflitos que tal situação pressupõe. Assim, sua família só foi morar no Lago Azul 3 porque não tem condições de comprar uma casa em outro lugar, especialmente no centro. Apesar disso, ela alimenta a auto-ilusão que jamais moraria no setor Costa Esmerada, considerado pior

que o Lago Azul 3, mesmo admitindo que realizou o cadastro para adquirir casa nesse lugar: “o Costa Esmeralda que eu não ia pra lá, morar em casa, não ia”.

Bourdieu (1979, p. 82) sintetizou esse drama entre os pobres de uma forma sublime: é “como se nada fosse realmente impossível enquanto nada é realmente possível”. Quanto mais difícil é a situação socioespacial de um agente, mais ele tende a emular quimeras como forma de produzir algum sentido para continuar vivendo e “lutando”. Embora habite em um bairro com características semelhantes ao Costa Esmeralda, Glória alimenta a ilusão de residir em um lugar melhor do que o setor, e que teve controle da situação em algum momento.

Já Madalena, moradora do setor Costa Esmeralda, e que possui uma pequena “loja”⁵ no setor Maracanã, a semelhança de Glória, também relata toda a dificuldade que há em se relacionar com seus clientes. Eles relutam em ir até sua “loja” e nela permanecer durante a escolha dos produtos. A situação melhorou um pouco depois que ela colocou grade na “loja”. Durante todo o dia as grades permanecem fechadas, a fim de evitar a entrada de estranhos.

Algumas pessoas já falaram né lá do centro umas meninas lá que eu conheço né, que falou que tinham medo de vim [comprar em sua loja de artesanato e de vestuário, localizada no setor Maracanã], mas depois que eu coloquei as grades aí elas se sentiram mais segura né.

Em relação a seu bairro de moradia, ela relata todo o desprezo concedido ao mesmo pelos moradores da cidade. Ilustra essa situação, citando um exemplo que sugere o setor Costa Esmeralda a uma mulher que desejava comprar uma casa em Araguaína. Essa sugestão, a princípio, ocorre pelo fato dela conhecer uma casa para vender próximo a sua residência. No entanto, a mulher responde que não queria casa nem de graça nesse setor e evoca que Deus a livre de morar naquele lugar.

O que está em jogo aqui não é apenas a boa vontade de Madalena em indicar um local de moradia a alguém que procurava uma opção. Ela demonstra que a dimensão do valor material e simbólico formam um amálgama para prestigiar sua casa e setor. Mas ao obter uma resposta tão negativa, acaba-se por desprestigiar sua própria casa, que não figura como um investimento que ela poderia ter retorno no futuro, após concluir a sua quitação.

⁵ Trata-se de um pequeno cômodo improvisado na casa do esposo. A renda mensal advinda do estabelecimento não ultrapassa, segundo seu depoimento, meio salário mínimo mensal.

Isso fica mais nítido quando Madalena pronuncia uma das frases mais impactantes sobre a estigmatização socioespacial a que tivemos acesso: “eu moro lá porque eu não tenho outra solução na minha vida”. Representa um grito de desespero, de quem não gosta de viver em um bairro violento e extremamente estigmatizado, mas que não existe no horizonte qualquer alternativa de realizar outra escolha espacial. Durante sua fala, com tom alto e ríspido, ela transparece raiva, situada em sua fase pré-política, incapaz de se traduzir em reivindicação organizada.

Vale notar, ainda, que para esses setores estigmatizados pela violência e insegurança urbana há relatos nas entrevistas de que existe uma grande dificuldade de pegar táxi e moto-táxi. Além desses trabalhadores não desejarem ir a tais setores, apontando empecilhos e mesmo recusando corridas, cobram um preço maior do que o devido e, em alguns casos, aumentando quase 50% em relação as corridas normais. Dessa forma, uma corrida que custaria 8 reais, pode chegar a 15 reais.

Recebemos também, por meio de um interlocutor, o relato de que um morador do setor Costa Esmerada, em busca de um emprego, teve de solicitar aos familiares um comprovante de endereço de outro bairro, a fim de entregar junto ao currículo. Esconde-se dessa forma o local de moradia, para tentar se livrar da desconfiança e da suspeita. Havia a sinalização de que a depender do lugar de residência as chances de emprego seriam reduzidas.

4. PRÁTICAS ESPACIAIS ESTIGMATIZADAS: A INIBIÇÃO DA APROPRIAÇÃO DA CIDADE

A desconfiança e a suspeita marcam de modo inequívoco a vida desses sujeitos, em todos os contextos que eles experimentam o espaço urbano. Encontramos vários casos em que eles admitem que já foram alvos de preconceito e racismo ao se deslocar pela cidade e realizar práticas espaciais. É uma confissão delicada de se captar em uma entrevista, dado toda dor e sofrimento envolvido em situações de extrema humilhação, por isso, certamente vários acontecimentos foram omitidos. Os estigmas ocorrem, portanto, para além dos lugares de moradia. Verificam-se durante os deslocamentos na rua, no ambiente de trabalho, espaços públicos, de uso coletivo e na realização de consumo em estabelecimentos de comércio e serviços.

A esse respeito, Clarice, moradora do Lago Azul 4, fez um longo desabafo quando perguntei se ela já havia sido alvo de suspeita. Me chamando de filho, ela responde imediatamente a pergunta em tom elevado: “Ah! Meu filho, isso aí sim, já aconteceu!”. Ela

trabalhava na casa de uma professora no setor Brasil, quando uma calça desapareceu e sobre ela repousou a responsabilidade. Pressionada a aparecer com a calça de toda maneira, chorou e se sentiu uma ladra.

Clarice chegou a sugerir que a calça estivesse com Quitéria, a filha de sua ex-patroa, que estava viajando na época, mas isso não a convenceu. No entanto, quando a mesma chegou de viagem comprovou-se que a calça estava com ela. Então, Clarice retirou um peso das costas por comprovar sua honestidade e em seguida solicitou a demissão por terem desconfiado de sua conduta. No mesmo dia, exigiu que fosse realizado o acerto e nunca mais voltou a frequentar a casa de seus ex-patrões.

O relato de Clarice demonstra toda a virulência com que foi tratada pelos empregadores. Ainda que não tenham dito literalmente que ela seria a responsável pelo sumiço da calça, a pressão e as palavras ditas deixavam claro a opressão sobre a funcionária, que não teve em nenhum momento sua versão considerada. A imposição de culpa foi sumária, mesmo com a inexistência do flagrante ou de provas.

É notável como esse episódio foi marcante na vida de Clarice. Ela afirma já ter relatado a história várias vezes a seus filhos (6 crianças), buscando nela um duplo significado pedagógico. De um lado, busca que os filhos aprendam que a vida de empregada doméstica é muito difícil e, portanto, devem estudar para que tenham uma profissão digna e não sofram esse tipo de humilhação: “contando o que aconteceu comigo e pra eles tomar como exemplo e que nunca aconteça com eles. É igual eu falo: ‘você estuda, porque eu num tenho profissão’, minha profissão é doméstica, hoje em dia o que uma doméstica ganha é um salário mínimo”.

Por outro lado, o segundo significado pedagógico que ela busca se refere ao único legado que ela pretende deixar aos seus filhos, a honestidade. Por isso, o evento foi tão dolorido para ela e, ao mesmo tempo, tão significativo: dolorido porque colocou aquilo de mais precioso que ela tem em xeque; e exemplar, porque no final das contas ela provou que seu maior valor, a honestidade, estava intacto. Assim, ela diz que sempre fala aos seus filhos: “cês num [siga] meu exemplo não, segue exemplo de honestidade”.

Ela considera que “o pior nome que existe na face da terra pra você ser chamado é de ladrão”. Criando os filhos no limite da dignidade humana, ela deixa implícito todo o receio de que eles se envolvam na criminalidade. Diante disso, e mesmo com todas as limitações que tem, relata procurar dar o que pode aos filhos de bens materiais, ilustrando com a aquisição recente (na época da entrevista) de dois aparelhos celulares.

Clarice, aliás, é uma pessoa bem consciente das humilhações que ela já passou na vida. Sabe que para ela não existe nenhuma ocupação digna no mercado de trabalho, só lhe resta, vender a massa muscular limpando casa, banheiro e lavando roupa para classe média. Ela chega a afirmar que não se motiva a trabalhar para ganhar apenas um salário mínimo e deixar seus filhos aos cuidados de outra pessoa, que cobraria um preço próximo de seu salário e ainda ser humilhada: “por isso eu fico dentro de casa cuidando deles porque num vai adiantar de nada, ainda vou ser humilhada porque doméstica hoje num tem, nunca teve valor nesse serviço de doméstica”.

Intuitivamente, ela sabe que sua presença física em casa contribui para uma maior proximidade e vigilância em relação aos filhos, coisa que ela não teria a possibilidade de realizar se estivesse exercendo atividade trabalhista. Aposta-se, portanto, na honestidade, vigilância e na restrição espacial como elementos capazes de configurar os valores dos filhos e, assim, a abrir o caminho de uma ascensão social para eles.

É nesse contexto de extrema restrição que ela chega a afirmar que vegeta em casa, pois praticamente não realiza deslocamentos espaciais. Quando o faz, fica limitada ao bairro, para ir à igreja, ao supermercado (pequena mercearia com preços elevados) e alguns lanches. Além disso, tem o hábito de frequência da casa dos vizinhos, geralmente em fins de tarde para ficar na frente da casa jogando “conversa fora”.

Outro caso de desconfiança ocorreu com Raimunda, 38 anos, casada e residente no Lago Azul 4. Ela vivenciou a suspeição quando estava realizando compras em uma loja com seu esposo, Rafael, 33 anos. Ela percebeu que a funcionária da loja estava desconfiada, pois se mantinha sempre próxima deles e, ao final, quando realizaram o pagamento das mercadorias adquiridas, ela lhes acompanhou até a saída da loja. Raimunda atribui o comportamento atípico da funcionária ao preconceito com a roupa dela e de seu esposo⁶.

A roupa quase sempre é o critério pelo qual os pobres acham que estão sendo julgados, não por acaso que fazem grande esforço para melhorar as vestimentas, na esperança de obter melhor tratamento nos lugares aos quais frequentam. Escapa a essa compreensão o fato de que a escolha da roupa é orientada por um senso estético, ou seja, qualquer roupa nova não resolve a percepção que separa vulgaridade de sofisticação.

⁶ Vale notar que Rafael, evocando uma certa virilidade, procura demonstrar, nesse momento da entrevista, coragem e destemor diante da situação narrada, afirmando que com aquela roupa andava em qualquer lugar, enquanto a mulher envergonhada o repreende.

Adicionalmente, outros elementos imperceptíveis do *habitus* passam despercebido pelo escrutínio de Raimunda. A forma de andar, sentar, gesticular e usar a linguagem, são fundamentais para se distinguir a que classe e espaço o sujeito pertence. Postura altiva, voz firme, mas condizente com o ambiente, denotam um *habitus* de familiaridade com lugares de distinção. Referem-se aquela sensação que Bourdieu (2001, p. 224) afirma de estar entre os seus, sentir-se em casa, “associado ao sentimento de estar em seu lugar”.

Uma terceira experiência de desconfiança e suspeita que destacamos foi a de Álvaro, 42 anos, casado e residente no setor Carajás. Ele vivenciou o estigma quando percorria uma rua (espaço público) do centro da cidade e a situação foi interpretada por ele como manifestação de racismo, já que ele se vê como negro. Ao caminhar pela rua, uma mulher que também percorria o mesmo sentido, começou a correr, sinalizando que estava com medo dele, ainda que não tivesse motivos para isso, já que a cena transcorreu durante o dia, ele não estava armado e vestia roupas que lhe proporcionavam, ao menos num primeiro olhar, uma boa aparência.

Álvaro, ao perceber que não havia motivo para desconfiança, faz um desabafo sobre o racismo, talvez evocando outras situações que experimentou, mas não me relatou naquela entrevista. Ele questionou as razões pelas quais os negros têm práticas interditas pelo simples fato de ter a pele preta. Por exemplo, afirma que tatuagem em negro não pode, enquanto em branco não haveria nenhum problema.

[*Por que você acha que aconteceu isso? Pelo fato de você ser homem?*] Eu acho o seguinte, pelo fato de eu ser homem né? O horário nem tanto, porque era tarde o sol quente né? Mas o outro fator é por eu ser negro né? Tem pessoas que tem ainda, infelizmente essa questão do racismo né? E associar essa questão da criminalidade mais pro negro do que pro branco né? Isso aí você sabe que é uma realidade do nosso país né? A gente não pode fugir disso. Um dia desses eu ouvi uma pessoa falando assim, 'eu não sei o que é que preto quer fazendo tatuagem' uai e o branco pode, e o preto não pode? Por que essa divisão? Essa visão que o branco pode fazer tudo e o preto se fizer é bandido? Então assim, ainda está impregnado na mente do povo que é bandido. O negro não pode fazer isso nem aquilo porque se fizer é bandido, é errado e tal, entendeu? Aí as vezes a pessoa é de família branca, ele cresce ouvindo aquilo né? E a pessoa coloca aquilo na cabeça, que negro é mais propício pra isso ou aquilo é bandido e tal. Então de certa forma eu acho que a cor ajudou muito nessa questão aí né?

Esse entrevistado vai além, ao localizar a fonte do racismo na socialização familiar, ele percebe que a associação entre negro e criminalidade ou, ainda mais, entre negro e os mais variados aspectos negativos da vida social, começa desde o berço. As crianças brancas que crescem ouvindo dos pais, e certamente consumindo produtos culturais que reafirmam o lugar de subalternidade do negro, tendem a re-produzir atitudes racistas ao longo da vida.

O que ele deixa de tematizar, mesmo com a minha pergunta, é o fato de as mulheres serem vítimas constantemente de violência masculina. Esse fato ajuda a explicar e justificar a atitude da mulher que correu dele naquela tarde. De toda maneira, o racismo nesse caso pode ter sido reduplicado, além de homem, ele é negro, o que reforça no imaginário a potencialidade de crime que havia naquela cena.

Esse caso ilustra a imbricação entre preconceito de raça e de classe que se estrutura desde o berço, dividindo ontologicamente os seres humanos, entre gente e subgente, separando quem deve morrer e quem tem direito à vida (SOUZA, 2006, 2012a). Esses preconceitos sempre se desdobram e se alimentam nas espacialidades. É um preconceito espacial e geográfico, pois os homens são geografizados conforme os lugares que conferem prestígio e reconhecimento, ou estigmatização e humilhações.

5. A LUTA POR AFASTAMENTO SIMBÓLICO DOS ESTIGMAS SOCIOESPACIAIS

Para se livrar ou encarar essas humilhações socioespaciais, tal grupo social, residente de bairros pobres da periferia de Araguaína, cria todo tipo de auto-ilusão e fazem da “necessidade virtude” (BOURDIEU, 2013, p. 166). Uma das principais medidas é afastar simbolicamente a violência de seu bairro, localizá-las em outros setores e lugares da cidade. Tuan (2013) afirma que os indivíduos dividem o espaço entre nós e eles. Sempre estamos no centro, à medida que se distancia desse centro os indivíduos perdem os atributos humanos. Essa centralidade deveria ser mantida como condição de manutenção da cultura. No caso em estudo, os moradores que localizam a violência em outros setores não se sentem necessariamente no centro, e a violência é localizada em outros setores que possuem características muito similares aos quais eles habitam.

O objetivo aqui, não é a manutenção da cultura no sentido colocado por Tuan (2013) sobre as sociedades tradicionais, mas afastar uma representação negativa para outros lugares, sustentando-se em alguma informação transmitida pela mídia ou por conhecidos. Esse exercício tem por função resguardar a dignidade e o respeito. Com frequência, esse processo de reação assume, simultaneamente, um ataque ao lugar e a humanidade do outro e uma defesa do próprio lugar.

Assim, quase sempre se tem um setor pior em relação ao qual se mora para indicar a existência de maior índice de criminalidade. Quando se pediu aos entrevistados que apontassem os setores mais violentos de Araguaína na percepção deles, ninguém afirmou que seus setores são os mais violentos. Notadamente, aqueles que moram em ambientes

reconhecidos como violentos no imaginário social do araguainense, como é o caso de Franco, residente no setor Lago Azul 3, mas que acha perigoso o Costa Esmeralda.

Eliene, moradora do setor Lago Azul 3, quando indagada sobre quais são os setores mais violentos da cidade, diz imediatamente que seria o Costa Esmeralda, Araguaína Sul e bairro São João. Em seguida, sem que nenhum questionamento sobre seu setor fosse realizado, ela admite que ninguém vai confessar que seu setor é violento. Essa fala sugere que ela imputa deliberadamente o estigma a outros setores, mas tem plena consciência de que eles não têm diferença significativa em relação ao qual ela mora.

[*Quais são os setores mais perigosos de Araguaína?*] Eu acho que, que a gente vê comentando é Araguaína Sul, o Costa Esmeralda, o bairro São João, a gente ver. Mas cada pessoa que mora num setor, num vai dizer que seu setor é perigoso né [risos], né verdade? A gente sempre vai dizer que o setor da gente é calmo.

Ao longo da pesquisa, percebeu-se que o setor Costa Esmeralda se transforma em verdadeiro bode expiatório, não apenas para os habitantes do centro, mas, sobretudo, para aqueles residentes em áreas igualmente periféricas. Jogar a violência para esse setor é o principal recurso daqueles que vivem em espaços com semelhante estigmatização, como o Araguaína Sul e as diversas etapas do Lago Azul. É como se eles dissessem que não estão na última fileira da hierarquia dos espaços estigmatizados, restando-lhes um fio de dignidade meramente negativa e/ou reativa.

Azevedo, residente no setor Monte Sinai, é um exemplo de alguém que procura tematizar e relativizar de um modo mais consequente a disparidade entre o que os moradores das áreas centrais (e mesmo de setores vizinhos) imaginam, a mídia veicula e os habitantes da periferia vivenciam no cotidiano.

Hoje a gente ver muito falar ah Araguaína Sul, Nova Araguaína e tal Monte Sinai também há essa reação cê mora no Monte Sinai? Sim, mas lá né perigoso eu não vejo como perigoso né [risos] e aí também há talvez pela a questão da qual Monte Sinai que tá falando né, Monte Sinai do início realmente foi bem perigoso. Ainda há violência? Há, ao redor de março pra cá a gente soube caso de violência acontecido aqui perto né, próximo né, da gente né, mas não é uma violência que acentuada quanto ela é estigmatizada né quanto o bairro as vezes é estigmatizado pela a visão de algumas pessoas né que as vezes mora no centro da cidade toda periferia é violenta né eu acho que isso é muito relacionado a questão a visão de quem mora é diferenciada da visão de quem ouve falar, tem violência no Monte Sinai? Tem, como tem violência nos outros bairros né como tem também no centro. Evidentemente que as condições no centro talvez a aparentemente há uma sensação de uma segurança maior por um lado, por outro lado, você ver que é menos seguro dificilmente você ver alguém andando na rua tal hora por que sabe que o risco de ser assaltado até porque as pessoas dificilmente no centro elas andam na rua né assim aqui é mais comum na periferia as pessoas andam mais se conhece mais por essa questão do relacionamento né então é isso algumas pessoas pensava você vai morar no Monte Sinai; ou mudar do JK, vai pra onde pro Monte Sinai, pro Monte Sinai? [risos] Sim alguns pensam pela a questão de

distância e outros pela a questão de ser perigoso, mas lá não é perigoso? É perigoso mais aqui também é perigoso [risos].

Mesmo que tenha incorporado capital cultural (ele tem três cursos superiores, história, pedagogia e psicologia), expressando um *habitus* primário (SOUZA, 2012a, BOURDIEU, 2001, 2013), Azevedo sofre estigmatização por viver em um lugar estigmatizado. Ao que parece, a dignidade efetivamente conquistada pelo agente é relativizada quando se considera o lugar que ele ocupa no tecido urbano. Quem está de fora representa todas as pessoas daquele lugar como inferiores e elas sentem na pele as consequências dessa realidade.

A recusa em colocar seu setor entre os mais violentos da cidade, passa por uma complexificação da dinâmica socioespacial. Admite que existe violência no Monte Sinai, mas ressalta o papel da mídia na estigmatização do setor, e que esse processo superestima a realidade local. Contra essas visões ele se defende com base na “experiência do lugar” (TUAN, 2013), afirmando que realiza práticas espaciais que seriam menos factíveis no centro, como andar a pé e ter boa relação de vizinhança.

Não obstante, em outro momento da entrevista, afirma que os crimes verificados em seu setor ocorrem distantes de onde ele mora, indicando que existe uma diferenciação interna dentro do setor, o que se constitui como uma forma de afastamento simbólico mais sutil. Ele cita que a parte oeste do setor seria a mais perigosa, local de esconderijo de bandidos, enquanto a parte leste, onde reside, a mais tranquila. A porção oeste não possui pavimentação asfáltica e está no limite com o espaço rural; além disso, há várias ruas sem iluminação.

Dessa forma, no caso de Azevedo, como em outros, a parte mais perigosa do bairro se associa a fatores socioambientais. Que se referem a ruas sem iluminação; a áreas de difícil acesso, em virtude do isolamento provocado pela ausência de pavimentação; acentuada presença de areia e estar no limite com matagal. Adicionalmente, o limite com um setor estigmatizado é razão para que a porção fronteira seja percebida como a mais perigosa. Esse é o caso do Lago Azul; a etapa 3, que faz divisa com o Xexebal, é observada como mais perigosas do que a etapa 1 e 4, que estão mais distantes.

Admite-se, outrossim, que essa diferenciação interna do setor não é apenas um desejo de afastamento simbólico da violência. Mostra a pluralidade de lugares em que os criminosos se territorializam, considerando as escalas “nano-territoriais” (SOUZA, 2013). Mais do que isso, diz respeito a vivência que os moradores têm de seus setores, que rebate aquela ideia difundida pela mídia de que tais “regiões” serem todas uma coisa só. Fica

explícito que a problematização da segurança pública pela mídia desconsidera um diálogo efetivo com os moradores (SODRÉ e DEUS, 2020), os quais conhecem como o crime se territorializa em seus setores.

A esse respeito, cabe assinalar que em algumas ocasiões de entrevista, especialmente com pessoas mais letradas e residentes em bairros estigmatizados pela mídia, fui interrogado antes do início da entrevista sobre o que eu pensava do lugar onde o entrevistado morava. Desejava-se saber as razões pelas quais eu havia escolhido aquele setor; se seria pelo fato de eu imaginar que ali seria violento. Não raramente, havia uma defesa veemente do setor. Esse tipo de postura não ocorre pela imposição de uma dimensão material no espaço. Ela é, sobretudo, discursiva e afetiva, pois existe uma disputa narrativa pelos sentidos atribuídos aos lugares da cidade.

Vê-se que mesmo visões mais elaboradas como a de Azevedo, e os questionamentos ao entrevistador levantados, não reconstroem os processos de subcidadania que, em boa medida, subjaz o contexto de violência e insegurança urbana efetiva (SOUZA, 2012a, SOUZA, 2006, 2008); também se mostram insuficientes para tematizar as fraturas que existem em setores pobres como um fio que liga aos processos de divisão de classe cuja ausência poderia ensejar solidariedade e ampliar as livres iniciativas de ajuda mútua. São visões que com frequência resvalam em uma defesa conservadora do lugar (MASSEY, 2015).

Outro recurso utilizado para se distanciar do estigma é dizer que seu setor já melhorou muito em termos de violência desde que foi ocupado. O passado aparece como um “inferno” e o presente entre a mediação do “purgatório” que anuncia a plenitude do “paraíso”. Essa transformação para melhor aparece quase naturalizada, como se todo espaço marcado pela violência fosse com o tempo passando por um processo de purificação, por meio da reciclagem dos habitantes e, às vezes, da incorporação de infraestrutura.

Essa melhora do setor não é percebida como decorrência de políticas públicas, mas da limpeza que foi realizada pela regulação própria do mundo do crime⁷, isto é, dezenas de criminosos foram mortos em acertos de contas. Alguns também foram assassinados pela polícia, que não aparece como uma instância governamental imparcial, mas como grupo

⁷ A fim de dirimir ambiguidades, faz-se necessário uma explicação sobre a expressão “mundo do crime”. No texto de Feltran (2019, p. 26), a expressão mundo do crime faz referência “a guerras entre facções criminais, a execuções internas a facções ou na disputa de grupos rivais por mercados ilegais, bem como à conflitividade de rua em espaços regulados ou dominados por grupos criminais”. Em outros trabalhos o autor utiliza a expressão “mundo do crime”, como termo nativo, por isso é empregada entre aspas. Nesse sentido, a expressão “designa o conjunto de códigos e sociabilidades estabelecidas, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos e furtos” (FELTRAN, 2008, p. 93). Na passagem anterior, nos referíamos especialmente ao primeiro sentido dado a esse termo por Feltran (2019).

de vingança que retira malfeitores do meio dos trabalhadores. A morte de bandidos é percebida como algo bastante positivo, seja por qual dessas vias for.

Essa clareza sobre os motivos que o setor melhorou em termos de criminalidade, só aparece espontaneamente em poucos casos. Aquelas pessoas que sentem mais orgulho de uma percepção autoritária do mundo falam sem nenhum pudor sobre a limpeza que foi realizada no setor. Mas, na maior parte dos casos, esses motivos só aparecem quando instigados pelo entrevistador; esse grupo de entrevistados procuram manter uma distância em relação aos acontecimentos.

A esse respeito, Méline faz um relato devastador do início de sua vida no setor Lago Azul 3 e a relação com a violência. Sua fala lembra filmes de terror; onipresença de policiais e bandidos em conflitos; ninguém se livra da violência e todos vivem assustados. Não cumpre questionar, a despeito do exagero, essa percepção e os acontecimentos narrados, mas indicar que essa narrativa serve para relativizar o presente e acaba por obliterar uma reflexão mais consequente sobre sua própria realidade.

Assim que nós mudamos, foi roubo demais aqui. Muito roubo, roubo. Roubava as casas. Todas as casas, quase tudo foi roubada. E pra onde cê se virava só via mala, mala roubando, puliça tinha demais aqui. [inaudível] Agora melhorou, foram... A metade foram embora, acho que foi embora, aí as coisas melhorou mais um pouco, eu acho bem mar melhor.

Há, igualmente, recorrência ao discurso de que a violência está em qualquer lugar, como no caso de Dainara. Ainda que isso possa compor uma percepção efetiva da realidade, em consonância, inclusive, com a construção da mídia e das redes sociais, não se trata apenas disso. Nota-se que no contexto de entrevista, esse discurso é usado para relativizar a posição ocupada no espaço urbano em termos de insegurança. Como prova disso, se mobiliza exemplos de crimes que aconteceram no centro.

Mas nessa época que era todo mundo humildizinho num... Não acontecia nada não. Todo mundo falava né, que o Araguaína Sul era perigoso, tinha muito mala, tinha muito isso, aquilo... Mas eu num vi dessa forma, num vejo assim. Porque hoje tá tão comum né? Todo lugar tem, então você tem que, num tem como falar assim 'ah, moro num setor que num tem bandido, que num tem mala não'. Sabe até porque eu moro e fico muito sozinha e eu, eu, eu num vejo essas, esse perigo que tem aqui como as pessoas falam, eu acho que o perigo tá nas pessoas. Que você num sabe selecionar pra tá em volta de você né? Mas não no setor.

Na tentativa de afastar as imagens negativas de seu bairro, Dainara chega a fazer uma distinção entre pessoas e espaço, como se fosse reduzido ao substrato material. Dessa forma, o perigo estaria nas pessoas e não no setor, de sorte que violência seria resultado da seleção inadequada das pessoas com quem se convive. Apesar desse

esforço, o indivíduo não se separa do núcleo valorativo do lugar em que habita. Aliás, esse é constituído por aquele, formando a configuração socioespacial.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A insegurança urbana em Araguaína tem se realizado com a estigmatização de setores periféricos e pobres, aprofundando o processo de segregação e fomentando a fragmentação socioespacial. Os bairros estigmatizados tornam-se lugares de evitamento dos moradores residentes na região central da cidade e que logram maior renda. São percebidos como perigosos e seus moradores como (potenciais) bandidos.

Esses cidadãos têm suas práticas espaciais vigiadas, estigmatizadas e estão sempre sob suspeita, seja no trabalho, nos deslocamentos pela cidade, na realização de consumo ou na apropriação do espaço público. Em alguns casos mais extremos, chega-se ao ponto de que a melhor solução para mitigar o sofrimento seja a negação o quanto possível do bairro em que se reside, isso vai desde apresentar endereços de outro bairro a simplesmente vincular uma localização mais próxima de um setor prestigioso.

As consequências têm sido a imposição de sofrimento, humilhação, redução da autoestima, interdição de acesso a recursos e mobilidade por diferentes espaços da cidade; e em sentido amplo, a própria segregação e a fratura nas relações da urbe. Observamos que a reação a essa realidade não tem sido o aprofundamento da solidariedade, mas a exacerbação do individualismo, ancorado, às vezes, a medidas autoritárias, como a crescente incorporação de equipamentos de segurança e o endosso a execuções de suspeitos de crimes. Como lembrava Souza (2006, p. 20), o medo é “sempre um inimigo da liberdade”.

A tentativa de tematizar o próprio sofrimento e a estigmatização, frequentemente resvala em leituras reativas, que ao invés de agregar pela cooperação, divide e fragmenta. Assim, o setor vizinho, a rua ou a parte do bairro sempre são mais violentas do que onde se mora. Mesmo visões mais elaboradas como de Azevedo, não reconstroem os processos de subcidadania que, em boa medida, subjaz o contexto de violência e insegurança urbana. As consequências, em matéria de cidadania e direito a cidade passam ao largo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Caixa Econômica Federal. **Programas sociais**: Bolsa Família. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/paginas/default.aspx>. Acesso em: 06 dez. 2020.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979. 256p.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983. 272p.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 320p.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Souk, 2013. 560p.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 305p.

FELTRAN, G. O legítimo em disputa: as fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. **Dilemas**: revista de estudos de conflito e controle social, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 93-126, 2008.

FELTRAN, G. Homicídios no Brasil: esboço para um modelo de análise. In: ROCHA **Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2019. p. 26-31.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010. 379p.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 306p.

LINK, B. G.; PHELAN, J. C. Conceptualizing Stigma. **Sociologie content**, p. 1-34, Sorbone, Paris, 2011.

KESSLER, G. **El sentimiento de inseguridad**: sociología del temor al delito. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015. 258p.

LAGRANGE, H. Médias et insécurité. **Internacional Review of Community Development**, v. 30, p. 181-195, 2019.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e mult/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 320p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico, 2010**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa da população dos municípios para 2019**. Rio de Janeiro, IBGE, 2019. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 nov. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aglomerados Subnormais 2019**: classificação preliminar para o enfrentamento à COVID-19. Rio de Janeiro, IBGE, 2020. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 mai. 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro; São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. 312p.

MUCCHIELLI, L. **Violences et insécurité: fantasmes et réalités dans le débat français**. Paris: La Découverte, 2002. 164p.

SANTOS, A. M. dos; SILVA, E. da. A expansão territorial urbana da cidade de Araguaína-TO no sentido leste/nordeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. 7., 2014, Vitória. **Anais... Vitória, 2014. p. 1-13.**

SINGER, A. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 332p.

SODRÉ, R. DEUS, J. B. de. Insegurança e estigmatização sócio-espacial na cidade de Araguaína-TO: um estudo sobre o papel da mídia. **Revista de Geografia**, v. 37, n. 2, p. 162-181, 2020.

SOUZA, M. L. S. O tráfico de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento sócio-espacial. **Cadernos do IPPUR/UFRJ**, v. 8, n. 3, p. 25-39, 1994.

SOUZA, M. L. de S. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 558p.

SOUZA, M. L. de S. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.

SOUZA, M. L. de S. **Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288p.

SOUZA, M. L. S. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320p.

SOUZA, J. É preciso teoria para compreender o Brasil contemporâneo? Uma crítica a Luis Eduardo Soares. In: SOUZA, J. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 117-152.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012a. 207p.

SOUZA, J. et al. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012b. 404p.

SOUZA, J. et al. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018. 603p.

TUAN, Y. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora Unesp, 2005. 376p.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013. 71p.

VASCONCELOS FILHO, J. M. **O direito à moradia e o discurso de implementação de políticas públicas habitacionais na perspectiva de construção de cidades saudáveis e democráticas: reflexões sobre Araguaína**. 2013. 220 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

TOCANTINS. **Perfil socioeconômico dos municípios 2017**. Secretaria da Fazenda: Palmas, 2017.

Recebido: 07.11.2021

Aceito: 23.03.2022